O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 15 | Nº 44 | Boa Vista | 2023

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.8254016

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

FATORES DE PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM CURSOS DA UFPB[1]

Izaura Maria de Andrade da Silva[2]

Santuza Mônica de França Pereira da Fonseca[3]

Andreza Vidal Bezerra[4]

Resumo

O foco temático deste artigo é a inclusão de estudantes com deficiência visual na educação superior, particularmente na UFPB. Objetiva-se, por meio deste trabalho, verificar os fatores de permanência e aprendizagem de estudantes com deficiência visual nos cursos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A metodologia da pesquisa foi de abordagem qualitativa, do tipo descritiva, utilizando-se para a obtenção dos dados pretendidos, um questionário online, o qual foi propagado por meio do aplicativo WhatsApp e e-mail ao público-alvo do estudo, os estudantes com deficiência visual e seus respectivos discentes apoiadores dos alunos com deficiência matriculados nos cursos da UFPB. Os resultados apontaram como fatores de permanência: a motivação pessoal e os apoios oferecidos pela Instituição, principalmente do Comitê de Inclusão e Acessibilidade e do Núcleo de Educação Especial. Mostram, também, a importância da escuta e do diálogo entre estudantes com deficiência visual e professores para facilitar a elaboração de estratégias que possam promover o processo de ensino-aprendizagem. Ainda, indicam a necessidade de investimentos em formação continuada dos docentes a fim de dirimir barreiras atitudinais e pedagógicas, presentes ainda na Educação Superior, em especial, na UFPB.

Palavras-chave: Educação Superior; Estudante com Deficiência Visual; Permanência e Aprendizagem.

Abstract

The thematic focus of this article is the inclusion of visually impaired students in higher education, particularly at UFPB. The objective of this work is to verify the permanence and learning factors of students with visual impairment in the courses of the Federal University of Paraíba (UFPB). The research methodology was of a qualitative approach, of the descriptive type, using an online questionnaire to obtain the intended data, which was propagated through the WhatsApp application and e-mail to the target audience of the study, students with visual impairment and their respective students who support students with disabilities enrolled in UFPB courses. The results showed as permanence factors: personal motivation and the support offered by the Institution, mainly from the Inclusion and Accessibility Committee and the Special Education Center. They also show the importance of listening and dialogue between visually impaired students and teachers to facilitate the development of strategies that can promote the teaching-learning process. Also, they indicate the need for investments in continuing education of teachers to resolve attitudinal and pedagogical barriers, still present in Higher Education, especially at UFPB.

Keywords: Higher Education; Permanence and Learning; Visually Impaired Student.

[1] As autoras agradecem ao apoio institucional fornecido pelo edital 03/2020 PRPG/UFPB PDV 13546-2 020 para o desenvolvimento da presente pesquisa.

[2] Professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: izaura@ce.ufpb.br

[3] Professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC RS). E-mail: santuza.monica@academico.ufpb.br

[4] Graduada em Pedagogia. Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: andrezavidal@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todos, devendo fundamentar-se no princípio da igualdade na diferença, procurando identificar as diversas necessidades apresentadas pelos indivíduos, sem a pretensão de nivelá-los a um determinado padrão de corpo estabelecido historicamente; ao invés disso, tenciona-se focar nas habilidades as quais podem ser potencializadas por meio do acesso aos bens e serviços existentes na sociedade.

Quando se analisa a Educação Especial na perspectiva inclusiva, é possível entender que esta é uma modalidade de ensino a qual perpassa por todos os níveis - da Educação Infantil à Educação Superior - não cabendo seu uso de maneira paralela ou substitutiva à educação comum. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, dispõe que esta modalidade de ensino detenha recursos e serviços, bem como realize o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e oriente quanto à sua utilização no processo de ensino e aprendizagem na sala de aula do ensino regular.

A partir do avanço nas matrículas de educandos com deficiência na educação básica, da contínua progressão de estudos a respeito de métodos e técnicas de ensino, bem como de uma atuação docente engajada que intenciona um efetivo processo de ensino e aprendizagem, na atualidade, inúmeras pessoas com deficiência estão ingressando nas diversas Instituições de Educação Superior (IES). Os dados do censo escolar do INEP, em estudo realizado por Eches (2022) evidenciou que passaram pela Educação Superior, entre 2009 e 2018, 144.396 estudantes com deficiência visual em um total de 100.839.373 estudantes. A maior parte dos estudantes com deficiência nas IES são estudantes cegos e com baixa visão.

A partir dos estudos de Castro e Almeida (2014), Pimenta (2017), bem como de Silva e Pimentel (2021) percebe-se que a permanência de estudantes com deficiência visual na educação superior aponta a necessidade de prever e prover as condições de acessibilidade (física, comunicacional e pedagógica) e criar alternativas para evitar práticas excludentes por parte dos professores, o que implica sensibilização e formação docente.

As pesquisas supracitadas revelaram para que, de fato, haja a inclusão do estudante com deficiência visual na educação superior, há urgência de maior eficácia e efetividade das ações estabelecidas pelas políticas institucionais existentes, no sentido de torná-las mais consistentes e estruturantes de ações e de práticas, coerentes e convergentes com as demandas da sociedade contemporânea e com os princípios da educação inclusiva.

Entretanto, sabe-se que para uma efetiva inclusão dos estudantes com deficiência visual, faz-se necessário uma contínua mobilização, seja a partir da fomentação de pesquisas científicas em torno da temática, seja através de uma mobilização política junto às pessoas com deficiência ou da elaboração de políticas de inclusão e acessibilidade cada vez mais atualizadas.

Embasadas nesta concepção, a construção deste artigo foi realizada por meio dos resultados obtidos por uma pesquisa interna oriunda de uma chamada de produtividade da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Edital 03/2020, o qual objetivou verificar os fatores de permanência e aprendizagem de estudantes com deficiência visual nos cursos da UFPB.

Com a finalidade de alcançar os resultados pretendidos na referida pesquisa, utilizou-se uma abordagem qualitativa do tipo descritiva, sendo os dados obtidos por meio de um questionário *online*, o qual foi propagado através de redes sociais de mensagem ao público-alvo do estudo: os estudantes com deficiência visual e seus respectivos discentes apoiadores matriculados nos cursos da UFPB.

Para uma melhor compreensão dos resultados atingidos com o estudo, o presente artigo será organizado da seguinte maneira: na primeira seção, discute-se a respeito das políticas de inclusão e acessibilidade da UFPB; em seguida, apresenta-se o percurso metodológico, seguido da análise e discussão dos resultados, perfazendo algumas considerações acerca dos dados obtidos.

INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: BREVES APONTAMENTOS NO ÂMBITO DA UFPB

A história das IES revela que o acesso à Educação Superior era restrito à elite brasileira (SOUZA, 2019). Porém, após inúmeros movimentos políticos, foi possível conquistar alguns direitos fundamentais para uma vida com igualdade de oportunidades no mesmo nível dos oferecidos àqueles que são economicamente privilegiados.

Os estudos de Salata (2018) evidenciam que nos últimos anos houve a implementação de novos "[...] elementos para essa dinâmica, com novo ciclo de expansão da rede de Educação Superior, além de iniciativas e políticas públicas visando a redução das desigualdades de acesso" (SALATA, 2018, p. 220).

Podemos citar como um desses elementos a Lei n°12.711/2012, a qual prevê a reserva de 50% das vagas das universidades e institutos federais de Educação Superior a estudantes de escolas públicas, estipulando, dentro dessa reserva, regras que destina vagas a alunos de baixa renda, pretos, pardos e indígenas, passando a incluir também os estudantes com deficiência a partir da Lei 13.409/2016.

Tendo como base esse movimento, percebe-se um crescente exponencial no processo de democratização da universidade pública brasileira, o que viabilizou um aumento do acesso de grupos

vulneráveis, entre os quais as pessoas com deficiência. Porém, sabemos que o ingresso, por si só, não garante a permanência, participação e aprendizagem desses estudantes, isso porque existem inúmeras barreiras, podendo ser elas de ordem atitudinal, arquitetônica, comunicacional e pedagógica, entre outras, que no âmbito das IES, precisam ser superadas.

Quando se discute especificamente sobre o processo de permanência - o qual neste estudo é compreendido como o conjunto de fatores pessoais e ambientais que possibilitam ao sujeito concluir o curso - é possível perceber uma carência de pesquisas sobre a temática, principalmente quando relacionada às pessoas com deficiência nas instituições de Educação Superior. Desse modo, existe uma escassez de aspectos que possam ajudar na compreensão dos motivos que levam estes estudantes a permanecer e promover ações que evitem o abandono (PIMENTA, 2017).

Porém, apesar de serem escassas as pesquisas em torno do tema, há estudos que nos apontam as dificuldades nesse sentido:

> Embora haja movimentos tanto no âmbito internacional quanto nacional para que o acesso, a permanência e o acompanhamento na educação superior sejam institucionalizados, ainda são encontradas dificuldades para efetivá-las no âmbito das universidades públicas - com destaque para as barreiras no âmbito do currículo, a falta de recursos acessíveis e a formação profissional docente e dos técnicos administrativos para lidarem com os estudantes com deficiências. Portanto, as condições de permanência ainda ficam restritas aos esforços individuais, de familiares e colegas [...] (ANACHE; CAVALCANTE, 2018, p. 16).

É nesse sentido, a fim de, gradativamente, contribuir para superação das barreiras supracitadas e, com isso, corroborar no processo de permanência e aprendizagem dos estudantes com deficiência na UFPB, que foi constituído o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), por meio da Resolução n° 34/2013, e se constitui em uma assessoria especial vinculada diretamente ao Gabinete da Reitoria. O CIA assiste docentes, técnicos administrativos e discentes com necessidades educacionais específicas de aprendizagem da UFPB.

Porém, vale destacar que antes da existência do CIA, havia iniciativas isoladas organizadas e localizadas em alguns centros de ensino da Universidade. A mais antiga, com 33 anos de existência, é o Núcleo de Educação Especial (NEDESP), órgão suplementar do Centro de Educação, o qual disponibiliza apoio pedagógico às pessoas com deficiência e desenvolve atividades de pesquisa e extensão. Atualmente está direcionado ao atendimento das pessoas com deficiência visual (cegos, baixa visão e surdocegos) matriculadas em todos os campus da UFPB. Além disso, presta serviço de adaptação, transcrição e revisão de textos e obras acadêmicas de tinta para o sistema *Braille* e vice-versa. Também, realiza cursos de formação em *Braille*, audiodescrição, orientação e mobilidade para a comunidade interna e externa da UFPB.

Outra iniciativa, sendo esta fundada em 2012, é o Laboratório de Vida Independente e Tecnologia Assistiva (LAVITA), o qual está localizado no Departamento de Terapia Ocupacional do Centro de Ciências da Saúde. Este setor objetiva realizar ações, pesquisas e atendimentos de pessoas com deficiência física e/ou sensorial, visando o planejamento, desenvolvimento, treino e uso de produtos de Tecnologia Assistiva (TA).

No mesmo ano de 2012, foi fundado o Laboratório de Acessibilidade (LACESSE), o qual tem por objetivo apoiar atividades de ensino nas disciplinas de Arquitetura e Urbanismo, além de promover a consolidação de pesquisas científicas na área, colaborando com a prática da extensão. Sendo assim, desenvolve atividades de sensibilização a partir de vivências relacionadas à acessibilidade, como também produz laudo espacial.

O NEDESP, o LAVITA e o LACESSE, atualmente trabalham de maneira articulada, fazendo parte da gestão do CIA, colaborando na elaboração e implementação de políticas de inclusão e acessibilidade da UFPB, com o propósito de tornar o espaço acadêmico mais acolhedor e inclusivo para a diversidade humana.

Além destes, quando se fala em inclusão e acessibilidade no âmbito da UFPB, não podemos deixar de citar a evidente contribuição do Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência, o qual visa assistir, por meio de recursos humanos, os estudantes com necessidades educacionais específicas de aprendizagem.

Os apoiadores, como são chamados aqueles que assumem atividades junto aos estudantes com deficiência, respeitando-se as particularidades e necessidades educacionais de cada área de deficiência, auxiliam os estudantes com necessidades educacionais específicas de aprendizagem na sua locomoção, realização de atividades acadêmicas, entre outros afazeres, a fim de minimizar os entraves tão presentes no ambiente acadêmico, como destaca Pinto (2016, p. 47):

> A função do aluno apoiador é acompanhar o estudante com deficiência nas aulas para as quais for designado, auxiliando-o na utilização de recursos como gravador e computador, participando da adaptação de recursos pedagógicos relacionados às disciplinas em que o aluno com deficiência estiver matriculado e em outras demandas pedagógicas apontadas pelo aluno que está sendo assistido e demais atividades escolares, atuando como mediador das relações entre o aluno, professor e demais alunos da turma, promovendo sua comunicação, participação e interação, mas, sobretudo, auxiliando no acesso ao currículo acadêmico, com a produção de materiais adaptados para melhorar o desempenho acadêmico do aluno com necessidades especiais.

Com o intuito de fomentar e organizar este programa, o CIA, em parceria com a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE), publica semestralmente um edital, por meio do qual são

selecionados estudantes da graduação em situação de vulnerabilidade que recebem uma bolsa para se tornarem estudantes apoiadores junto aos estudantes com deficiência.

Para cada área da deficiência o estudante apoiador assume funções compatíveis com as especificidades do estudante que apoia; estas funções podem ser ajustadas e avaliadas periodicamente a partir da solicitação do apoiado ou do próprio apoiador, ou ainda, por interesse do Comitê, identificados na fiscalização do Programa (UFPB, 2021).

A nosso ver, políticas institucionalizadas como as supracitadas podem contribuir não apenas com a permanência dos estudantes público-alvo da educação especial, mas também na aquisição do conhecimento por esses, a partir das adaptações e do trabalho dos apoiadores em articulação com um currículo que pense e respeite a diversidade, cujo foco são as potencialidades das pessoas com deficiência.

Além disso, podemos citar como um grande aliado da aprendizagem dos estudantes com deficiência a Tecnologia Assistiva (TA), a qual

> [...] é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (CAT, 2007, p. 03).

No caso das pessoas com deficiência visual, os sujeitos deste estudo, cujo comprometimento pode ser parcial ou total da visão, de origem congênita ou adquirida, existem alguns recursos de TA específicos para atender às suas necessidades.

Para os estudantes com baixa visão podemos citar, como recursos de Tecnologia Assistiva (TA), os softwares que ampliam as informações contidas na tela do computador, como por exemplo, o Magic da Freedom Scientific e o Zoomtext. Porém, além dessas tecnologias que auxiliam na ampliação dos materiais, destacamos a necessidade de dar especial atenção ao contraste entre as cores, a exemplo do preto e branco, seja nos slides ou nos textos disponibilizados além da fonte da letra utilizada, sendo indicada as sem serifa como é o caso da fonte Arial.

Para os estudantes cegos, os leitores de tela, seja para computador ou celular, são essenciais no acesso aos conteúdos e plataformas comumente utilizados na academia. No entanto, é fundamental atentar que, no caso dos textos, faz-se imprescindível observar a formatação, sendo necessário que os mesmos não estejam em modo imagem, como é o caso daqueles que foram escaneados. Já no uso das plataformas, por sua vez, torna-se recomendável utilizar aquelas que possuam teclas de atalho, como

também que estejam na língua portuguesa. Por fim, destacamos a importância da utilização da audiodescrição quando houver uso de imagens, além de citar o conteúdo.

Apesar das ricas contribuições da TA na aprendizagem das pessoas cegas e com baixa visão, vale salientar que esse tipo de tecnologia não tem a educação como premissa. Todavia, há, por vezes, a necessidade do auxílio de tal tecnologia para que os estudantes com deficiência venham a ter acesso ao conteúdo.

Sendo assim, a TA passa a ter um aspecto educacional na medida em que, segundo Bersch (2017, p. 12):

> [...] ela é utilizada por um aluno com deficiência e tem por objetivo romper barreiras sensoriais, motoras ou cognitivas que limitam/impedem seu acesso às informações ou limitam/impedem o registro e expressão sobre os conhecimentos adquiridos por ele; quando favorecem seu acesso e participação ativa e autônoma em projetos pedagógicos; quando possibilitam a manipulação de objetos de estudos; quando percebemos que sem este recurso tecnológico a participação ativa do aluno no desafio de aprendizagem seria restrito ou inexistente.

É com base nessas contribuições que consideramos a TA como indispensável na vida dos estudantes com deficiência, seja na Educação Básica ou na Educação Superior, para que, de fato, tenham pleno acesso ao conteúdo, participação e, consequentemente, um processo de ensino e aprendizagem mais igualitário.

Por fim, destaca-se que somente com o respeito às diferenças é possível visualizar o estudante com deficiência a partir de suas potencialidades, que articulado ao auxílio da TA, torna-se viável atingir ao máximo suas capacidades, seja por meio de adequações simples até as mais complexas.

Sabendo disso, a seguir, explicitamos o caminho metodológico percorrido na presente pesquisa, o público atingido e os procedimentos de análise de dados adotados, a fim de obter os resultados pretendidos neste artigo.

METODOLOGIA

A fim de identificar os fatores de permanência e aprendizagem dos estudantes com deficiência visual nos cursos da UFPB foi realizada uma pesquisa de campo, com o enfoque na abordagem qualitativa, do tipo descritiva, a fim de identificar os fatores de permanência e aprendizagem dos estudantes com deficiência visual nos cursos da UFPB. A pesquisa ocorreu durante o ensino remoto devido a pandemia da Covid 19 que assolou o mundo e paralisou o ensino presencial. A coleta de informações foi realizada pelo aplicativo WhatsApp, e-mail e formulário eletrônico do Google.

A pesquisa foi realizada com 16 estudantes com deficiência visual, vinculados ao NEDESP e 11 estudantes apoiadores. Os instrumentos para a coleta de informações se basearam nos questionários estruturados.

A apreciação dos dados foi realizada por meio de tabulação das questões objetivas e análise de conteúdo das questões subjetivas. As categorias de análise do questionário do estudante com deficiência visual foram gênero, raça, natureza da deficiência visual, naturalidade, perfil socioeconômico e processo de formação escolar, como também, informações relativas à participação e aprendizagem na Educação Superior.

Em relação aos estudantes apoiadores foram selecionadas as seguintes categorias: o perfil dos estudantes, as atividades desenvolvidas como alunos apoiadores, as dificuldades, os desafios encontrados, as práticas inclusivas e excludentes em sala de aula. Os estudantes foram denominados nesses trabalhos com a sigla E1, E2, os apoiadores de A1, A2 e assim por diante, de acordo com a ordem de respostas nos questionários e suas falas foram inseridas em itálico neste artigo.

Os aspectos éticos foram considerados; o projeto foi avaliado pelo Comitê de Ética e aprovado sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 43185221.20000.5188 e todos os envolvidos foram consultados se concordavam ou não em participar da pesquisa bem por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na questão que elenca os fatores que favorecem a permanência do estudante com deficiência visual nos cursos da UFPB, aparecem duas categorias centrais: a motivação pessoal e o apoio ofertado pela instituição. A categoria “motivação pessoal” foi expressa através de dizeres como:

> A minha vontade de vencer na vida (E3);
> Busco estabilidade financeira e gosto de me comunicar com as pessoas (E7);
> [...] a busca de melhores condições de vida (E1);
> [...] ânsia de exercer a profissão almejada (E4);
> Contribuir com o segmento de pessoas com deficiência (E10);
> Gosto de dar aulas, por isso estou na luta para terminar minha graduação” (E1);
> Admiração pela Psicologia (E14).

De acordo com Kohls-Santos (2020), tendo como referência os estudos de Astin (1991) e Astin e Antônio (2012), a permanência na Educação Superior está intimamente ligada à motivação dos

estudantes em atingir suas metas e propósitos acadêmicos. A motivação aumenta quando os estudantes percebem o benefício social e econômico atrelado ao estudo. Citando a teoria de Tinto (1987; 2012), a referida autora destaca que quanto mais integrado e engajado o estudante está na instituição, mais probabilidade ele tem de permanecer nos estudos.

Souza e Tontini (2023) concluem com sua pesquisa que a confiança exerce influência significativa sobre o apego afetivo, que por sua vez, tem impacto relevante na intenção de permanecer na instituição.

No que diz respeito à categoria "apoio oferecido pela instituição" é citado os serviços do Núcleo de Educação Especial e do Comitê de Inclusão e Acessibilidade, como a disponibilização do estudante apoiador e de empréstimo de Tecnologia Assistiva.

> Os auxílios universitários me ajudam a me manter na universidade e são responsáveis pela minha permanência (E3);
>
> Colaboração da instituição de ensino através de programas que contribuíram para meu desempenho período a período (E8);
>
> Os fatores são: os apoios que a Universidade oferece através do núcleo de educação especial e do comitê de inclusão e acessibilidade, estes por sua vez têm o objetivo de contribuir para o aluno com deficiência através da inclusão no ambiente e nas aulas, eles dão todo o apoio necessário também quando faltam materiais pedagógicos como, a reglete e punção, em resumo assim eles contribuem com o apoio devido a pessoa com deficiência. Outro fator é a compreensão de alguns professores e alguns alunos, e também a motivação que trazem (E13).

A fala dos entrevistados reforça o que a dissertação intitulada "Possibilidades e limitações nas práticas pedagógicas no ensino superior: uma análise do material didático e dos recursos de tecnologia assistiva acessíveis às pessoas com deficiência visual" (SANTIAGO, 2016), da Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG afirma ao investigar os materiais didáticos e os recursos de tecnologia assistiva utilizadas por alunos com deficiência visual em disciplinas presenciais e a distância, a fim de compreender suas possibilidades e limitações, tendo como recurso auxiliar o NVDA (Non Visual Desktop Access):

> Os resultados indicaram a demanda por planejamento e adequação dos materiais didáticos pelos professores e técnicos administrativos. O trabalho de adaptação dos textos utilizados pelas disciplinas tornou-se procedimento primordial para a garantia de uma educação de qualidade para os alunos deficientes visuais, possibilitando a eles o suporte necessário para o processo ensino-aprendizagem (SANTIAGO, 2016, p. 8).

Esses resultados estão de acordo com pesquisas sobre permanência e evasão de estudantes da Educação Superior; as causas estão relacionadas com fatores interno e externo que se influenciam

mutuamente e no caso desta pesquisa, a motivação como fator interno, que recebe influência dos apoios oferecidos pela instituição. Silva e Pimentel (2021, p. 9), destacam que "[...] a permanência se atrela à criação de medidas que amenizem os obstáculos inerentes ao acesso a recursos estruturais e didáticos."

Importante destacar aqui os incentivos dos colegas e professores. Santos (2020), enfatiza entre os cinco fatores elencados por Tinto (1997) que favorecem a permanência: a participação/interação e a aprendizagem, como os principais.

> A participação diz respeito ao envolvimento acadêmico e interação, seja com os professores, colegas de curso ou demais agentes do contexto educacional no qual está inserido; se esse envolvimento é efetivo, maior é a chance da permanência. E o fator mais importante, a aprendizagem, que tem influência direta para a permanência (SANTOS, 2020, p. 71).

A fim da aprendizagem ser efetiva para o estudante com deficiência visual, o professor precisa estar atento às necessidades específicas desse segmento. É incisivo o discurso do estudante cego ou com baixa visão sobre a premência do diálogo para facilitar o processo de aprendizagem:

> Ouvir mais as necessidades dos Estudantes e estar aberto ao diálogo (E3);
>
> Primeiramente fazer um diálogo com cada sujeito que houver qualquer dificuldade no seu aprendizado e daí começa a preparar materiais mais acessíveis para que eles possam aprender com mais autonomia. (E2);
>
> A princípio, busca se aproximar do estudante para uma inicial troca de experiências e estudo de possibilidades de adaptações dos conteúdos correspondentes (E6);
>
> Procurar ouvir as queixas do aluno e se capacitar. (E7); conversar com o aluno com necessidades específicas para compreender sua realidade (e demonstrar mais empatia). (E9);
>
> Procurar saber a dificuldade e necessidades de cada aluno com deficiência para facilitar o processo de ensino e aprendizagem. (E15).

As falas dos estudantes com deficiência e dos apoiadores são recorrentes também quando expressam sobre a necessidade de formação dos professores:

> Adentrar nas políticas públicas de inclusão por meio de uma formação continuada, sem que esta fosse imposta pela instituição, mas sim, pela sua consciência (E4);
>
> Buscar se especializar ou conhecer o aluno e fazer programa diferente para o mesmo sem fugir do assunto (E5);
>
> Aprender sobre deficiência e se qualificar, facilitando assim o seu convívio com o aluno com deficiência (E10).

Essas reflexões dos estudantes apontam para a necessidade da Universidade incluir, no seu programa de formação continuada dos docentes, cursos relacionados à Educação Inclusiva. O CIA

possui o grupo de trabalho de Acessibilidade Pedagógica que tem como objetivo assessorar docentes e discentes no seu trabalho cotidiano na sala de aula. Desse modo, tem contribuído para dirimir conflitos e elaborado recursos e metodologias acessíveis.

Os estudantes falam também de estratégias que podem facilitar o processo de aprendizagem.

> Sempre disponibilizar com bastante antecipação as bibliografias que serão utilizadas durante as aulas, com suas respectivas datas e conteúdos especificados. (E13);
>
> A audiodescrição, arquivos em pdf digitado, maior tempo para entrega de trabalhos. (E14);
>
> Enviar os slides com antecedência, sempre fazer as apresentações ampliadas com acessibilidade e disponibilizar tempo adicional na realização de trabalhos e provas. (E16).

Como podemos constatar, os estudantes apresentam sugestões de ações que não demandam a necessidade de especialização e que fazem toda a diferença no seu processo de aprendizagem. Essas mudanças estão previstas na legislação da UFPB. O regulamento da graduação, art. 184 da Resolução do CONSEPE nº 29/2020 (alterado pela resolução nº 37, de 2021) prevê como responsabilidade de todos e da instituição disponibilizar:

> I – Atendimento educacional condizente com a deficiência
>
> II – Mediadores para a compreensão da leitura, da escrita e da fala nas atividades acadêmicas
>
> III – Adaptação do material pedagógico e dos equipamentos
>
> IV – Metodologia de ensino adaptada
>
> V – Formas adaptadas de avaliação do desempenho acadêmico e de correção dos instrumentos de avaliação, de acordo com as Necessidades Educacionais Especiais (NEE)
>
> VI – Tempo adicional de 50% (cinquenta por cento) para a realização das atividades de avaliação que têm duração limitada, conforme a NEE apresenta.

O professor é um importante aliado nesse processo, pois a partir de sua prática, de sua sensibilidade, de suas adaptações, é que esses alunos também podem obter o êxito na Educação Superior.

No que diz respeito à percepção do estudante apoiador com relação à mediação dos professores, tendo em vista a aprendizagem do estudante apoiado, os dados mostram que a maioria dos docentes estão atentos e realizam adaptações, quando necessárias:

> Pelo menos os professores das disciplinas que a apoiada está cursando no momento são bem solícitos, quando as imagens ou os textos são pequenos eles geralmente aumentam e há, na maioria das vezes, a disponibilização de resumos e roteiros de estudos. Uma das professoras fez uma reunião comigo e a apoiada para entender quais eram as demandas dela e como ela ajudaria

> neste processo. Então, de modo geral, os professores se mostraram dispostos a ajudar e facilitar o processo de aprendizado da aluna apoiada. (A1).

No entanto, há docentes que resistem a tornar mais acessível sua prática pedagógica, como relata estudantes apoiadores:

> A maioria dos professores são compreensivos e dispostos a aprender, mas, alguns relutam em mudar sua forma de dar aula, se negam a disponibilizar os slides para que eu amplie e meu apoiado possa acompanhar a aula como todos os outros… (A9);
>
> [...] esses não sabem qual a demanda do aluno, essa falta de comunicação já fez com que professores elaborassem avaliações com imagens que eram essenciais para a resolução das questões (A7).

Muitas vezes, até o contato do docente com o estudante apoiado é feito por intermédio do estudante apoiador. Há uma transferência indevida de responsabilidade pelo processo de ensino-aprendizagem, como se essa fosse exclusivamente do estudante apoiador e não do docente:

> A maioria dos professores, às vezes, esquece que, apesar da presença do aluno apoiador, o contato com o aluno apoiado também é possível. O aluno apoiador está ali para fazer uma mediação, mas isso não significa que o professor não possa ter contato com o aluno apoiado. Muitas vezes senti o receio de alguns professores sobre esse contato (E8).

Essas informações revelam certa resistência de professores em interagir/dialogar com os estudantes com deficiência, seja em razão da falta de conhecimento, seja por medo ou ainda por possuir uma imagem equivocada sobre deficiência, o que pode gerar barreiras atitudinais e pedagógicas.

O processo de inclusão, como foi assinalado exaustivamente pelos estudantes, exige diálogo entre docentes e discentes com deficiência, a fim de compreender as peculiaridades desses últimos e, conjuntamente, construir caminhos para superar as barreiras que atravancam o processo de aprendizagem. As barreiras atitudinais presentes no ensino superior, aponta a necessidade de ampliar o olhar para alteridade, que possibilite o acolhimento do outro na sua identidade, especificidade, que vai ao encontro da interculturalidade (SILVA, LOBATO, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa realizada na UFPB trazem pontos relevantes quando refletimos sobre a inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas na Educação Superior no Brasil. São questões que ocorrem em outros níveis de ensino também, mas que na Educação Superior se tornam mais acentuadas, dados os níveis de relevância de cursos de formação inicial.

Pensar na qualidade da inclusão educacional de pessoas com deficiência, no caso do estudo em tela com estudantes cegos e com baixa visão é incitar debates e reflexões que são necessárias diante das várias transformações científicas, econômicas, políticas, tecnológicas e sociais que são impostas à Educação Superior, sobretudo quando enfrentamos uma pandemia provocada pela Covid-19 durante os anos de 2020 e 2021, a qual trouxe novas demandas ao ensino e à aprendizagem.

Neste sentido, consideramos que analisar o percurso formativo dos/das estudantes com deficiência visual implica repensar a relação também dos professores entre pesquisa, ensino e extensão a partir de análises destes eixos em uma nova realidade emergente.

A conquista pelo acesso à Educação Superior é um passo importante na vida de muitas pessoas, e na vida das pessoas com deficiência torna-se a expressão de um direito assegurado pela legislação e reafirmada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Contudo, permanecer com qualidade nesta formação e aspirar ao mercado de trabalho são degraus que precisam ser percorridos mediante políticas de formação continuada na área da Educação Inclusiva.

Os fatores de permanência levantados pelos estudantes envolvem aspectos internos e externos que estão relacionados à motivação e aos apoios oferecidos pela instituição. O acesso à Educação Superior visa à busca por melhores condições de vida e estabilidade financeira como qualquer outro estudante.

Os estudos sobre permanência e evasão, de forma geral, apontam fatores comuns entre estudantes com deficiência e sem deficiência, mas a pesquisa demonstra que, no caso do estudante com deficiência visual, outras questões evidenciaram que há necessidade de uma escuta permanente de suas demandas, as quais exigem diálogos entre docentes e discentes, entre seus pares, assim como um olhar sensível dos gestores na elaboração de políticas que possibilitem a superação das barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas que afetam, indubitavelmente, as pessoas desse segmento.

Uma questão bastante presente na fala dos estudantes com deficiência visual e alunos apoiadores destes enfatiza a formação continuada dos professores universitários sobre Educação Especial Inclusiva para atender às suas especificidades.

A formação em Educação Especial Inclusiva deve ocorrer em todos os centros da UFPB e não ficar restrito apenas à área das Ciências Humanas. A Educação Inclusiva é, segundo os documentos mais recentes da UNESCO, um dos contextos emergentes para a educação do futuro e um dos pilares para a reconstrução de uma sociedade mais igualitária e coerente com todos.

Ainda estamos atravessando momentos críticos no que se refere ao pós-pandemia, porque as reiteradas ‘ondas’ do vírus nos ameaçam constantemente e exigem cuidados, mas sabemos dos grandes desafios da universidade pública no tocante aos prejuízos causados pela pandemia, e do percentual

imenso de estudantes da Educação Superior que não tiveram acesso; dentre esses, o percentual de estudantes com deficiência visual foi também significativo. Isso trouxe impactos na vida, nas expectativas de futuro desses estudantes e suas famílias. A volta à presencialidade traz consigo um grande compromisso: o de que as mudanças requerem um novo conceito em educação, que é um conceito humano básico indispensável diante da complexidade de um mundo em permanente mudança.

Por fim, considerando os resultados e discussões que emergiram da presente pesquisa, ensejamos, a partir das vozes dos próprios discentes com deficiência e seus respectivos apoiadores, a formulação, ampliação e reavaliação das práticas institucionais que, seja no âmbito da UFPB ou de outras IES, venham a corroborar para uma efetiva inclusão do público-alvo da Educação Especial.

REFERÊNCIAS

ANACHE, A. A.; CAVALCANTE, L. D. "Análise das condições de permanência do estudante com deficiência na Educação Superior". **Psicologia Escolar e Educacional**, vol. 22, 2018.

ASTIN, A. W. **Assessment for Excellence**: The Philosophy and Practice of Assessment and Evaluation in Higher Education. New York: American Council on Education, 1991.

ASTIN, A. W.; ANTÔNIO, A. L. **Assessment for excellence**: The philosophy and practice of assessment and evaluation in higher education. Mariland: Rowman and Littlefield Publishers, 2012.

BERSCH, R. "Introdução à Tecnologia Assistiva". **Assistiva – Tecnologia e Educação** [2017]. Disponível em: <www.assistiva.com.br>. Acesso em: 28/07/2023.

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Brasília: Planalto, 2012. Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 28/07/2023.

BRASIL. **Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Brasília: Planalto, 2016. Disponível em: <www.planalto.gov.br> Acesso em: 28/07/2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, 2008. <www.mec.gov.br> Acesso em: 28/07/2023.

CASTRO, S. F.; ALMEIDA, M. A. "Ingresso e Permanência de Alunos com deficiência em Universidades Públicas Brasileiras". **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol. 20, n. 2, 2014.

CAT - Comitê de Ajudas Técnicas. "Ata da Reunião VII do Comitê de Ajudas Técnicas". **CAT** [2007]. Disponível em: <www.comunicacaoalternativa.com.br>. Acesso em: 25/07/2023.

ECHES, E. C. P. "Estudantes com deficiência visual na universidade: indicadores educacionais brasileiros". **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 17, n. 39, 2022.

KOHLS-SANTOS, P. **Permanência na Educação Superior**: desafios e perspectivas. Brasília: UNESCO, 2020.

PIMENTA, C. M. F. M. **Acesso e permanência de estudantes com deficiência visual em uma Instituição de Ensino Superior** (Tese de Doutorado em Educação). Salvador: UFBA, 2017.

PINTO, R. V. **Programa de apoio ao estudante com deficiência - PAED na UFPB para educação inclusiva de alunos com deficiência** (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Tecnologia em Gestão Pública). João Pessoa: UFPB, 2016.

SALATA, A. "Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso". **Tempo Social**, vol. 30, 2018.

SANTIAGO, J. V. B. **Possibilidades e limitações nas práticas pedagógicas no ensino superior**: uma análise do material didático e dos recursos de tecnologia assistiva acessíveis às pessoas com deficiência visual (Dissertação de mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 2016.

SILVA, J. C.; PIMENTEL, A. M. "Inclusão educacional da pessoa com deficiência visual no ensino superior". **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, vol. 29, 2021.

SILVA, M. C.; LOBATO, K. J. M. "Educação Intercultural e política de acesso de pessoas com deficiência no ensino superior: estudo de produções acadêmicas". **Revista Cocar**, vol. 18, n. 36, 2023.

SOUZA, J. C. L.; TONTINI, G. "Apego emocional e confiança na relação professor-aluno: impactos na permanência de estudantes universitários em um contexto pré-pandêmico". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 14, n. 40, 2023.

SOUZA, L. P. "Ensino Superior no Brasil: avanços concretos, retrocessos iminentes". **Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia Política**. Niterói. UFF, 2018.

TINTO, V. **Completing college**: Rethinking institutional action. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

TINTO, V. **Leaving college**: rethinking the causes and cures of student attrition. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

UFPB – Universidade Federal do Piauí. **Relatório de Gestão.** João Pessoa: UFPB, 2021. Disponível em: <www.ufpb.br>. Acesso em: 23/07/2023.

UFPB – Universidade Federal do Piauí. **Resolução n. 34, de 26 de novembro de 2013**. João Pessoa: UFPB, 2013. Disponível em: <www.ufpb.br>. Acesso em: 23/07/2023.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 15 | Nº 44| Boa Vista |2023

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima